

KAMILA FERREIRA WALTER

ROSA E AZUL: REPRODUÇÃO DOS ESTIGMAS DE GÊNERO NO ESPORTE

Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do Curso de Bacharel em
Educação Física, do Departamento de
Educação Física, Setor de Ciências Biológicas,
da Universidade Federal do Paraná.



CURITIBA

2009

KAMILA FERREIRA WALTER

ROSA E AZUL: REPRODUÇÃO DOS ESTIGMAS DE GÊNERO NO ESPORTE

**Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do Curso de Bacharel em
Educação Física, do Departamento de
Educação Física, Setor de Ciências Biológicas,
da Universidade Federal do Paraná.**

Orientadora CARMEN DIEZ

Para meus pais.

Obrigada a professora Carmen, amigos e aos meus pais.

“O contrário da igualdade não é a diferença.
O contrário da igualdade é a desigualdade.
Uma diferença pode ser culturalmente
enriquecedora, ao passo que uma
desigualdade pode ser um crime “

Maria Victoria Benevides

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 A MULHER NO TRABALHO	3
3 A MULHER NO ESPORTE	5
4 A MULHER NO FUTEBOL.....	10
5 GÊNERO.....	17
6. CONCLUSOES	23
7 REFERÊNCIAS.....	24

RESUMO

ROSA E AZUL: REPRODUCAO DOS ESTIGMAS DE GENERO NO ESPORTE

O presente trabalho consiste no resultado de algumas reflexões sobre a imagem e o tratamento que recebem as mulheres inseridas em universos socialmente considerados masculinos. Dentre eles, a sua posição no mercado de trabalho, que coloca a mulher em desvantagem com relação a oportunidades e remuneração, além de influenciar no tipo de formação e da atividade profissional demarcando assim espaços masculinos e femininos, dificultando o acesso de mulheres a determinados cargos. Esses espaços delimitados a um determinado sexo ocorrem também, e de forma acentuada, dentro da Educação Física e do desporto, onde as expectativas para o desempenho de meninas e meninos são pré-determinadas culturalmente antes mesmo do seu desenvolvimento, o que acarreta em, por exemplo, a dificuldade da prática do futebol por meninas e mulheres devido a este ser um esporte historicamente considerado de domínio masculino. Durante todo o processo utilizou-se como base os estudos de gênero para compreender como suas relações interferem nos meios em questão, prejudicando ou favorecendo um determinado sexo nas situações em questão: trabalho, Educação Física e desporto.

1 INTRODUÇÃO

Através de uma análise as condições da mulher no trabalho, na educação física e no esporte, mais precisamente no futebol, percorrendo as origens e histórias das temáticas, o estudo tem como objetivo apontar os principais motivos da evidente diferenciação de tratamento que sempre existiu e persiste de inúmeras formas, entre o masculino e o feminino nas áreas em questão.

Na Educação Física o tema se torna de grande importância devido a, dentre todas as manifestações de gênero dentro da sociedade, as diferentes expectativas com relação ao comportamento masculino e feminino, o esporte é uma das áreas onde o problema se encontra de forma mais acentuada, devido a tanto meninas quanto meninos, no viés esportivo, possuem papéis previamente estabelecidos, o que cria inúmeras barreiras a prática de determinados esportes que de alguma forma são considerados masculinos ou femininos.

A metodologia utilizada foi a pesquisa do gênero do tipo teórica e do tipo bibliográfica, estudo não empírico que procurou realizar a revisão de literatura sobre a temática gênero no trabalho e no esporte, com ênfase no futebol.

Os cinco capítulos que compõem o trabalho estão inseridos dentro dos chamados estudos de gênero, enfocam temáticas como a mulher no trabalho, no esporte, mais precisamente no futebol e no âmbito escolar. Durante todo o trabalho e adotado como principal eixo de análise a perspectiva de gênero.

O capítulo 2, “Mulher no trabalho”, realiza-se uma retrospectiva histórica do ingresso feminino nas atividades profissionais e analisa as diferenças de oportunidades, tratamentos e salários entre os dois sexos.

A mulher no esporte constitui-se o objeto de estudo do terceiro capítulo, no qual são ressaltados os estereótipos relativos a feminino e masculino, analisa a situação das mulheres no esporte, desde o início até as suas condições atuais

dentro do âmbito esportivo, relacionando as diferenças encontradas entre masculino e feminino na área com os estudos de gênero.

O quarto capítulo enfoca as relações entre o feminino e o futebol, o percurso que as mulheres praticantes da modalidade percorreram durante a história desse esporte, como os inúmeros obstáculos encontrados para que fosse possível acontecer a prática entre mulheres.

Considerando que a questão central do estudo é o gênero, dedicou-se a ele o capítulo 5. Após mostrar a produção teórica pertinente e realizar análises, procurou-se apresentar algumas conclusões como a de que, a Educação Física e o desporto podem tanto assumir a reprodução da ideologia presente dentro dos estereótipos sexuais, como dentro da mesma Educação Física e desporto existe a condição de fazer questionamentos críticos a tais estereótipos a fim de buscar uma forma de superá-los.

2 A MULHER NO TRABALHO

A sociedade comporta três contradições fundamentais: a de gênero, a de raça e a de classe. As diferenças entre as categorias são indiscutíveis, inegáveis e não entram em discussão. A questão é como essas diferenças são interpretadas pela sociedade e se articulam nas relações inter-humanas.

Segundo SAFFIOTI, (1993) a sociedade converte essas diferenças em desigualdades, formando hierarquias, onde: as mulheres são consideradas inferiores aos homens, os negros são considerados inferiores aos brancos e os pobres inferiores aos ricos. Mesmo sabendo que nem sempre uma pessoa domina nestes três eixos. Um operário branco pode ser dominado-explorado por um patrão negro e explorar-dominar sua mulher, branca ou negra.

Estatisticamente, porém, os homens brancos e ricos possuem um poder maior, dominando-explorando negros e mulheres.

Ao longo da história desenvolveram-se as contradições de raça e de classe estabelecendo-se o racismo e o capitalismo, porém o discurso da categoria gênero encaminhou-se de forma diferente ao longo dos anos. Acredita-se que com a abertura do mercado do trabalho para o público feminino tornou-se menos aguda a exclusão da mulher.

Entretanto o trabalho feminino sempre recebeu remuneração inferior ao do homem, além de influência no tipo de formação e da atividade profissional demarcando assim espaços femininos e masculinos no mundo externo. (ALVES e PITANGUI, 1995)

Essa demarcação se reflete em distintas oportunidades além de uma desvalorização de tarefas e diferenciação de níveis salariais entre homens e mulheres.

Dentre os autores que reforçam essa realidade estão DIOGO e COUTINHO (2006; 1), afirmando que:

“As mulheres trabalhadoras sofrem muito mais com estes processos excludentes, pois na divisão do trabalho quanto ao gênero observamos que elas encontram maior dificuldade de inclusão; sua força de trabalho é social e culturalmente desvalorizada; recebem os menores salários; possuem baixa qualificação profissional, sendo conduzidas aos setores de trabalho intensivo, onde predomina a exploração do trabalho manual e repetitivo; freqüentemente são obrigadas a pautar suas possibilidades de inserção laboral nas suas responsabilidades domésticas e familiares, acumulando trabalhos dentro e fora de casa.”

A própria ação da abertura do mercado de trabalho para a mulher, que deveria proporcionar inclusão e contava com um discurso de igualdade apresentou, e ainda apresenta, caráter excludente.

A realidade social é contraditória, portanto, comporta avanços e retrocessos como fica visível na situação da mulher no mercado de trabalho.

Fora do âmbito profissional a discriminação contra a mulher assume outras diversas formas e em diferentes formações sociais. Para FISHER e MARQUES, (2001) a exclusão que atinge a mulher se dá por meio das vias do trabalho, da classe, da cultura, da etnia, da idade, da raça, e assim sendo, torna-se difícil atribuí-la a um aspecto específico desse fenômeno, em vista de que a exclusão da mulher combina vários dos elementos da exclusão social.

Para SAFFIOTI (1978) a mutilação da mulher abrange desde formas físicas até comportamentos reputados como altamente femininos e necessários ao bom andamento da sociedade. Tais comportamentos, condicionados ideologicamente através do processo de socialização, colocam a maioria das mulheres em plano inferior ao homem seja no terreno cultural, no político, no econômico etc.

3 A MULHER NO ESPORTE

A idéia indiretamente imposta que se encontra na sociedade, de superioridade do homem sobre a mulher é identificada também e com muita clareza dentro da história da Educação Física e do esporte. Em algumas épocas de forma explícita, e em outras, pode-se dizer de forma disfarçada, porém fica claro que essa diferenciação sempre existiu e ainda continua sendo identificada em algumas áreas no âmbito esportivo atual.

Pode-se ilustrar isso desde a primeira olimpíada, que ocorreu em 776 a.C., a única prova realizada na competição era a corrida, e as mulheres eram proibidas de participar dos jogos. Essa cronologia e forma de organização percorreu até a data de 408 d.C. , momento no qual através dos direitos de Teodósio II, os jogos olímpicos foram abolidos. (COLLI, 2004)

Os jogos permaneceram inertes durante muitos séculos, somente no século XIX, dinamizado pela figura de Pierre de Fredy, barão de Coubertin (1863-1937) é celebrada a primeira olimpíada da época moderna. Foi realizada em Atenas, e contou com a participação de 13 nações e 484 participantes, sendo todos os atletas do sexo masculino. (COLLI, 2004)

Pierre de Coubertin foi uma figura marcante no pensamento moderno, perante conjunto de suas idéias mais difundidas estava a de que, Coubertin não concebia a possibilidade das mulheres participarem dos jogos. Para ele as mulheres deveriam restringir-se a cuidar dos filhos, enquanto as competições esportivas seriam um atrativo aos homens. Uma olimpíada com a presença feminina não seria prática, nem interessante, nem estética e nem correta, essas foram as palavras de Coubertin quando indagado acerca da hipótese de inclusão das mulheres nos jogos. (FAURIA *apud* FARIAS, 2008)

Segundo GOELNNER, (1993) em 1912, o barão Pierre de Coubertin, idealizador das olimpíadas da Era Moderna e então presidente do comitê Olímpico Internacional – defendia, de forma contundente, a exclusão das mulheres da competição ao frisar que os jogos olímpicos são a exaltação solene e periódica do esporte masculino.

Devido a esse preconceito explícito que se colocava a participação das mulheres nas olimpíadas, a participação feminina nos jogos Olímpicos foi aceita apenas muito tempo após o seu início, em sua segunda edição da era moderna, no ano de 1900, em Paris, após polêmica discussão entre seus organizadores. Nesta competição 11 mulheres disputaram apenas duas modalidades: o golfe e o tênis. SHPUN, (1999)

Foram escolhidas essas modalidades por estarem dentre os padrões considerados corretos para a prática de atividade física ou esporte por uma mulher, padrões esses que deveriam corresponder com a sua natureza física, em outras palavras que não exigissem tanto esforço físico considerando que as mulheres eram vistas como fisicamente inferiores aos homens.

Essa conquista, dentre outras vitórias das mulheres no âmbito esportivo internacional, mesmo que ainda muito longe do ideal pretendido pelas mulheres, foram um importante passo para a conquista de vários dos direitos concebidos as atletas posteriormente. Além da grande repercussão que esses eventos tiveram em outros países, como no Brasil.

FARIAS, (2008) *apud* SHPUN, (1999) coloca que a partir dos anos 20, como reflexo das lutas femininas travadas no cenário esportivo internacional, com a luta e conquista por um espaço, mesmo que pequeno nas Olimpíadas, a projeção das mulheres brasileiras nos esportes se realizou. Mesmo que somente em modalidades que ressaltavam a distinção, a graça, a beleza e a leveza “natural” dos movimentos femininos: ginástica, natação, tênis, voleibol, equitação e esgrima.

Para incentivo de tais esportes, e somente desses esportes, contava-se com discursos de pedagogos e médicos, visando o enquadramento da sexualidade e do corpo feminino naquilo que seria considerado ideal para aquele corpo.

Afirma DUARTE, (2003) que médicos e pedagogos publicavam em jornais que o esporte era prejudicial às curvas femininas e à integridade dos órgãos de reprodução.

Segundo SHPUN (1999) podemos ilustrar melhor isso com a fala do pedagogo Fernando Azevedo relatando que a Educação Física da mulher deveria constar de jogos infantis, ginástica sueca, principalmente apropriada a função respiratória, a bacia e aos membros inferiores: esportes tais como a dança clássica, ao ar livre e pequenos passeios e marchas de pouca extensão e finalmente, a natação que é o esporte utilitário de maior capacidade higiênica e morfogênica. Segundo o pedagogo a educação física para moças deveria ser higiênica e estética, e nunca atlética, visar sobretudo o desenvolvimento da parte inferior do corpo, dar a graça e a destreza dos movimentos, procurando antes a leveza do que a força. Acreditava também que os exercícios para a mulher (porque sua estrutura seria mais fraca e delicada do que a do homem) deveriam ser menos energéticos e ter menos duração. E contra-indicava todo e qualquer exercício que exigisse dispêndio muscular intenso e prolongado.

Esse é um exemplo dentre vários outros, de médicos e profissionais da saúde, em sua maioria respeitados partindo de que seus depoimentos como no caso acima foram publicados, restringindo a participação feminina em determinados esportes, através de um discurso de que tais atividades não correspondiam a sua condição biológica, a sua condição de mulher.

Para CASTELLANI, (1998) a compreensão de que as atitudes femininas, são determinadas, como que exclusivamente, pela influência das suas características biológicas, serviu de anteparo para a idéia dominante do sexo masculino sobre o sexo feminino, sendo afastada qualquer alusão ao fato de estar tal superioridade calçada essencialmente em determinantes sócio-culturais e não bio-fisiológicos.

Essa idéia, que foi de varias formas foi difundida a toda a população, contava com muitos meios para reforçá-la, inclusive com discursos médicos, como foi visto, e alguns deles publicados em revistas nacionais, atingindo assim grandes

contingentes populacionais, causando assim um equívoco de naturalização de um fato que na verdade se deve muito, se não inteiramente por um fator social.

Porém a discussão não se limitava somente as imposições colocadas em revistas ou decretos de restrição, havia resistência a tais idéias e discursos apresentados com relação ao assunto.

Em contraposto a tais afirmações, em artigo publicado em 1953 na revista da associação dos professores de Educação Física de São Paulo, Odete Lourenço faz a seguinte afirmação "... em geral admite-se a fragilidade da filha perante o filho e cuida-se mais de resguardá-la de experiências e contatos (...). Esses fatores ambientais, minuciosos ate os pormenores, mas operando continuamente através das idades, durante a vida, vão pouco a pouco, determinando capacidades diferentes entre homens e mulheres "

Logo, passando por experiências diferentes, as capacidades físicas adquiridas em tais experiências serão diferentes. O que pode ser um dos fatores determinantes na diferenciação existente em habilidades desempenhadas dentro de alguns esportes, entre homens e mulheres. O que ajuda a explicar esse fato, porem não justifica o afastamento das mulheres de nenhum esporte, partindo de que as competições realizam-se de forma separada, por categorias.

LOURENÇO, (1953) também afirma na entrevista que a Educação Física deve se adaptar as diferenças que se apresentam entre os sexos, embora o professor deva lembrar-se que tais diferenças, em sua maioria, são frutos, mais das influências culturais de nossa sociedade ocidental, que de fatores fisiológicos realmente diferenciadores.

A partir desse pensamento conclui-se que não existe, ou pelo menos não deveriam existir esportes adequados para mulheres ou para homens, quando todos têm direito a preferências esportivas e possuem capacidades para praticá-los.

Hoje em dia as mulheres adquiriram direito de participar de quase todas as modalidades desportivas. Porem apesar da sua maior participação ainda existem diferenças claras identificadas no meio esportivo com relação a homens e mulheres, dentre elas o apoio da sociedade e dos meios de comunicação social.

Para DUNCAN *apud* PINHEIROS e QUEIROS, (1994): 1

“a pequena atenção dedicada ao desporto feminino, a forma como muitas vezes as mulheres atletas são fotografadas assim como os documentários efetuados e a linguagem por vezes utilizada tendem a reforçar a desigualdade entre os gêneros”

GEBNER (1978) afirma que a menos atenção dedicada ao desporto feminino constitui na realidade uma “aniquilação simbólica da mulher”

Com os meios de comunicação social tendo atitudes desiguais com relação ao desporto feminino e masculino, acabam por ajudar a falsa idéia de que o esporte praticado por mulheres não é tão importante quanto o esporte praticado por homens, e assim que as atletas e seus desempenhos esportivos não são merecedores da mesma atenção que os homens atletas, quando na verdade deveriam ser iguais.

PINHEIROS e QUEIROS (2002) colocam que pode-se afirmar que os meios de comunicação social ao tratarem de forma diferenciada o desporto feminino do desporto masculino, continuam a perpetuar a idéia de esporte como uma área, de forma geral, essencialmente de domínio masculino, e com isso perpetuam também idéias estereotipadas acerca da feminilidade e masculinidade.

Como podemos observar o caminho das mulheres no desporto foi longo e extremamente dificultado para chegar na posição em que as encontramos hoje dentro da área. Uma posição de importância, liberdade e com muitos direitos adquiridos.

Porém ainda não encontramos aquilo que se procura, e que seria o ideal. A igualdade de oportunidades, tratamento e apoio para homens e mulheres dentro do esporte, e independentemente do esporte quando deveriam ser eliminados os conceitos impregnados nas categorias de que algumas deveriam ser praticadas por homens e outras por mulheres.

4 A MULHER NO FUTEBOL

A sociedade é marcada por relações sociais hierarquizadas e por privilégios que reproduzem um altíssimo nível de desigualdade, exclusão e injustiça. Na educação Física, como já vimos a história não é diferente, ela se mostra discriminatória mantendo os papéis sociais distintos e determinados, caracterizando os comportamentos tipicamente masculinos e femininos, a serviço de uma ideologia sexista.

Para melhor ilustrar esse comportamento podemos olhar para trás, na época da república quando a Educação Física foi introduzida na escola, quando a idéia de estender a atividade prática também para o sexo feminino foi veementemente criticada pela opinião pública. Inclusive por alguns pais que chegaram a proibir a prática de atividades físicas por suas filhas, mesmo com o risco de vê-las perder o ano escolar. (ROMERO, 1994 e BRASIL 1998)

Afirmções de âmbito biológico, psíquico, legislativo e a falta de receptividade e aceitação das famílias devido a mitos/preconceitos que foram colocados pela sociedade com relação a mulheres que praticavam esportes considerados masculinos, além de vários discursos críticos indiretos, contribuíram para a falta de apoio a mulher esportista e a varias das modalidades praticadas por ela.

Dentre as modalidades que mais foram prejudicadas devido a esses pensamentos, conceitos, afirmações, decretos e generalizações estão aquelas que de alguma forma foram caracterizadas como modalidades masculinas, e que com isso, deveriam ser praticadas somente por homens segundo o pensamento dominante na sociedade.

O futebol feminino encaixa-se nesse grupo como um dos principais, se não o principal esporte onde é visível e inegável o contraste existente entre as categorias

masculino e feminino. No Brasil o esporte é tratado de forma tão diferente entre homens e mulheres, que parece não pertencer a uma mesma modalidade.

As barreiras criadas de âmbito biológico, com relação ao esporte e a prática entre mulheres, influenciaram o pensamento de gerações e fez com que algumas práticas esportivas como o futebol se tornassem quase, ou muitas vezes impossíveis a inúmeras meninas e mulheres. Mesmo assim, com tantas dificuldades impostas subjetivamente, esses não foram os únicos obstáculos encontrados pelas praticantes.

Encontramos na história da educação física impedimentos as mulheres, de âmbito legislativo.

CASTELLANI, (1998: 60) coloca alguns desses decretos para melhor ilustrar tais impedimentos. Dentre eles está o DECRETO LEI número 3199 de 14 de abril de 1941, artigo 54, onde se dizia que:

“As mulheres não se permitira a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo para este efeito o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções as entidades desportivas do país.”

Baixa instruções as entidades desportivas do país sobre as práticas de desportos pelas mulheres:

DELIBERACAO – CND – número 7/65

1 – As mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais, dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observando o disposto na presente deliberação.

2 – Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rúgbi, halterofilismo e baseball.

O futebol, dentre outras modalidades que possuíam pouco ou nenhum apoio, o que já dificultava sua prática, se torna então proibido para mulheres.

Essa deliberação somente foi revogada em 1979, pelo Conselho Nacional dos Desportos, CND, através da deliberação número 10. Essa mudança foi conquistada devido a um ocorrido no Judô, onde algumas atletas conquistaram títulos importantes para o país, de forma escondida, já que eram proibidas de

participar de tais competições. Porém mesmo desobedecendo regras elas conseguiram impressionar o comitê, e fizeram com isso, com que houvesse mudanças na até então deliberação nacional.

Somente em 6 de março de 1986, o CND baixou a recomendação número 2 na qual, “ ... reconhece a necessidade de estímulo a participação da mulher nas diversas modalidades desportivas no país...” CASTELLANI, (1998: 64)

Com isso permite-se a participação das mulheres em determinados esportes onde sua entrada não era possível, porém, mesmo depois de mais essa conquista a vida esportiva das atletas não é facilitada.

Existem várias crenças e mitos acerca das mulheres dentro do esporte, principalmente em modalidades como o futebol, que por muitos é considerada uma prática masculina.

Segundo PINI (1982), um mito bastante difundido é o da masculinização da mulher atleta baseado no fato de que a atividade esportiva intensa intervém na atividade do córtex da supra-renal. Com o tempo, essa função supra-renal sistemática poderia gerar um prevailecimento da atividade androgênica na mulher e, sendo ela jovem, a tendência para desenvolver caracteres somáticos masculinos.

MORAES e MARTINS (2006) afirmam que na história do esporte a atividade física é símbolo de um imaginário de força, poder e músculo e se enquadra como uma atividade masculina, portanto a mulher deveria ser poupada desse possível processo de masculinização, ou seja, não deveria estar presente da mesma forma que o homem no mundo esportivo. E quando presente, em esportes que correspondessem as suas características físicas, consideradas inferiores. Em decorrência deste conceito, notamos uma pequena participação das mulheres.

O preconceito social induziu a um preconceito esportivo, pois as mulheres que desejavam adotar esportes praticados quase que exclusivamente por homens, como o futebol, eram consideradas, segundo MORAES e MARTINS (2006);73 “... masculinizadas, grosseiras e sem classe social.” Esse é um exemplo da imagem que se construía da atleta que praticava modalidades não recomendadas a sua condição

de mulher, fato que além de desrespeitoso as praticantes, afastava possíveis interessadas em praticar o esporte dito incoerente ao seu sexo.

VIANA (2008), afirma que é comum encontrarmos idéias aglutinadas a homossexualidade e a feminilidade dentro do esporte feminino, especialmente no futebol, uma vez que essa modalidade está entre aquelas que possuem uma concepção de poder designada ao sexo masculino, e isso é notório desde a infância, quando analisamos o universo feminino, masculino e o influxo dos agentes nas construções.

Fica visível que, sendo o esporte praticado por mulheres considerado masculino, relaciona-se fortemente a imagem dessa praticante ao atleta masculino, quem deveria, segundo este conceito estereotipado estar praticando tal modalidade pois, a ele, e somente ele, isso seria natural.

Conceitos como esse ocasionam em uma falta de interesse, incentivo e apoio as categorias femininas de tais modalidades, que normalmente já são prejudicadas devido a sua história cheia de obstáculos e, conseqüentemente seu tardio desenvolvimento.

É notório que o universo do futebol caracteriza-se por ser, desde sua origem, eminentemente masculino. Como esse espaço não é apenas esportivo, mas também sócio-cultural, os valores nele embutidos e deles derivados estabelecem limites que, embora nem sempre tão claros, devem ser observadas para a perfeita manutenção da “ordem” ou da “lógica” que se atribui ao jogo e que nele se espera ver confirmada. A entrada das mulheres em campo subverteria tal ordem, e as reações daí decorrentes expressam muito bem as relações de gênero presentes em cada sociedade: quanto mais machista, ela for, mais exacerbadas as sua réplicas.

Devido a essa lógica, e o desvio que o futebol feminino representa a ela, sempre foi um esporte muito questionado. Essas questões não só prejudicam a imagem das atletas como já foi muito colocado, mas também o apoio necessário para o crescimento e desenvolvimento da modalidade.

Em reportagem a folha de São Paulo, FABIO GRIJO (2007) coloca que o preconceito ainda é grande na hora de investir nelas, infelizmente em nosso país o futebol ainda é considerado “esporte pra macho “. O autor coloca também que

“Os patrocinadores vivem de imagem e a que muito deles tem do futebol feminino e que se trata de algo de lésbicas. Mesmo não sendo verdade pois, o que ocorre é como em qualquer outro esporte ou área.”

Infelizmente apesar de todos os avanços que a nossa sociedade vem presenciando, a imagem que se coloca dentro do esporte ou de outras áreas com relação a mulheres que praticam atividades que foram consideradas somente para homens ainda permanece. No caso do esporte, especificamente esse fator contribui para o esquecimento de modalidades, como o futebol feminino, por parte das autoridades competentes (governo, federação paranaense de futebol, confederação brasileira de futebol, além de empresários e etc...)

DA MATTA (1994) afirma que “futebol é uma verdadeira escola de democracia, todos podem perder ou ganhar... “ Assim deveria ser, porem colocando de forma diferente, o futebol masculino em comparação com o futebol feminino todos sabem quem sai perdendo.

Está bem explícito que o espaço é eminentemente masculino. Os valores embutidos no futebol e dele derivados estabelecem limites, mesmo que nem sempre tão claros, mas que não podem deixar de ser observados. Nesse sentido a democracia fica apenas na teoria, pois na pratica o que é visto é muito diferente e não condiz com esse pensamento. De fato o que observamos são as atletas de futebol em busca de espaço, reconhecimento e valorização do futebol feminino, enquanto que essa afirmação no esporte é vista de inúmeras formas, inclusive, ultrapassando limites, muitas vezes, dentro do mesmo esporte porém na pratica entre homens.

DA MATTA (1994) também afirma que o futebol apresenta características de multivocacionalidade, ou seja, possui uma vocação complexa que permite entendê-lo e vivê-lo simultaneamente de muitos pontos de vista.

Sendo o futebol um fenômeno tão expressivo, e que afeta em grandes proporções tanto seus praticantes, como pessoas envolvidas no seu processo e torcedores, e sendo esse mesmo futebol um só — praticado entre homens e mulheres — não deveria o mesmo ser vivenciado simultaneamente, de formas iguais, ou no mínimo, parecidas?

O que se tem, de forma teórica é o esporte como democrático, onde é possível praticá-lo simultaneamente de formas, no mínimo parecidas, porém como esta multivocacionalidade mais que colocado, este não vem sendo tratado da mesma maneira em suas diversas manifestações, principalmente no meio futebolístico.

O ideal seria esse mesmo esporte que em tantos discursos aparece como democrático, ser levado para a prática, com participação efetiva, ativa e consciente no universo dos conflitos sociais nele existentes. Atuando assim, como ferramenta de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

E no caso do nosso país um esporte em específico deveria desempenhar de forma ainda mais direta esse papel, considerando que é um esporte, talvez o único que movimenta massas dentro do Brasil. Porém infelizmente, nesse mesmo esporte em questão é possível verificar grandes falhas no tratamento da modalidade em suas diferentes manifestações, e que resulta na maior das desigualdades dentro do esporte no Brasil. O grande abismo existente entre o futebol masculino brasileiro e o futebol feminino do país.

Não podem existir razões ditas “aceitáveis” para justificar a discriminação das mulheres no esporte, e as entidades públicas, privadas ou mesmo a população não devem compactuar com esta discriminação, como ocorre visivelmente desde o início e durante toda a trajetória do futebol feminino no país.

A igualdade entre mulheres e homens é um princípio da Constituição, e deve ser respeitada em toda e qualquer área de atuação seja ela vista, como masculina ou feminina.

5 GÊNERO

De acordo com HEILBORN (1994) gênero é um conceito das ciências sociais que se refere à construção social do sexo. A palavra sexo é a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos, e no máximo, a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero distingue entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham nas culturas a presença de dois sexos na natureza. Há machos e fêmeas na espécie humana, mas a condição de ser homem ou mulher é condição realizada pela cultura. Gênero está relacionado à noção de cultura, apontando para o fato da vida social, e os vetores que a organizam, isto é, tempo, espaço ou diferenças entre os sexos, são produzidos e sancionados socialmente através de um sistema de representações. Antropologicamente, o domínio das idéias e dos valores detém uma realidade coletiva, autônoma e parcialmente inconsciente para as pessoas.

Assim, gênero não é sinônimo de sexo (masculino) ou (feminino) suas relações correspondem ao conjunto de representações construído em cada sociedade, no decorrer de sua história, atribui significados, símbolos e diferenças para cada um dos sexos. AUAD (2006)

SCOTT (1988) define gênero em duas partes, na primeira sendo gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os dois sexos. Na outra parte coloca gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Assim para SCOTT o termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais e criações inteiramente sociais de idéias sobre os papéis adequados aos homens e as mulheres” Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. Gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo

sexuado, e ainda o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é o gênero é uma forma primaria de dar significado as relações de poder (SCOTT, 1990: 76)

O gênero traduz o conjunto de expectativas sociais de desempenho que cada pessoa, em seu determinado sexo deve assumir e representar ao longo de toda a sua existência. Essas exigências são feitas a uma pessoa exclusivamente em função do órgão genital que ela possui e que pode verificar-se no seu nascimento, já que essa é a única característica anatômica, capaz de distinguir bebês machos de bebês fêmeas, naquele momento.

Considera-se então o gênero como uma espécie de “sexo social”. A partir dele somos obrigados a seguir padrões de conduta muito antes de a gente vir ao mundo. E graças à tecnologia, hoje em dia, já podemos ser carimbados com o "rótulo social" do gênero muito antes de nascer, ainda no útero das nossas mães, em função da antecipação que se tornou possível verificar, de qual será o nosso sexo biológico, através do ultra-som.

A perpetuação dos estereótipos de gênero ainda no nascimento das crianças pode ser identificada de varias formas, dentre elas estão:

a) Roupa de bebe:

Se um bebê estiver vestido com roupa cor-de-rosa, não se engana porque se trata de uma menina. Se estiver vestido de azul, é quase certo que estamos na presença de um menino.

b) brinquedos dos bebes:

Os ursinhos cor-de-rosa, coelhinhos e patos são propriedade das meninas. Os ursinhos azuis e dinossauros indicam que os proprietários são meninos.

c) Comportamento dos pais:

As meninas, quando choram, são embaladas com muita doçura. Os meninos, quando choram, são embalados de modo mais enérgico.

Se ouvir dizer que um bebe se está a portar mal, já sabe que se trata de uma menina. Se ouvir dizer que “este bebe é muito vivo”, é quase certo que se trata de um rapaz.

Essas diferenças impostas a cada gênero devem ser analisadas pois, ao encontrarmos na sociedade expectativas diferenciadas para o comportamento do sexo feminino e do sexo masculino criam-se problemas como relações de poder ou limitações relacionas aos determinados sexos.

De acordo com SOARES (1994)

“... homens e mulheres apresentam caracteres comuns ao gênero humano e extensivos a todas as partes do planeta onde vivem, mas apresentam também singularidades e diferenças. As diferenças e singularidades demarcam a distinção entre integrantes do gênero humano e deveriam afirmar uma relação de alteridade e não de desigualdade.” (SOARES, 1994: 263)

De acordo com STREY, AZAMBUJA e IAEGER (2004) “Como o gênero é diferente do sexo, não necessariamente guardam correspondência entre si. O sexo pode ser um e o gênero outro.”

Também afirmam que as relações de gênero, como construção social, estão permeadas pelas relações de poder. E nessa relação, historicamente o feminino foi oprimido, excluído da vida política e subordinado. As conseqüências dessa opressão perduram ainda hoje. Podemos observar isso em vários aspectos na sociedade contemporânea, dentre eles: a dificuldade de participação política, a violência socialmente aceita, a diferenciação nos salários, assedio sexual, e a diferenciação de tratamento dentro do desporto entre as categorias masculinas e femininas que vai desde a mídia ate o preconceito com algumas modalidades.

Essa desigualdade gerada pelas construções sociais de gênero acatam em problemas não só na diferenciação dos papeis exercidos na sociedade entre homens e mulheres, mas criam a relação de poder e que muitas vezes pode acarretar em situações extremas, dentre elas a chamada violência de gênero.

Para KRONBAUER e MENEGHEL (2005), violência de gênero pode ser conceituada como qualquer ato que resulta ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto.

De acordo com BRANDAO e BINGEMER (1994) “Violência de gênero é uma pratica perpetuada com base na construção de modelos apreendidos no processo de socialização, que transformaram diferenças em desigualdades” A sociedade e seus domínios, como a escola por exemplo, é reprodutora dessas desigualdades de gênero mas pode ser também espaço de problematização das diferenças entre os sexos.

Dentro dessas relações de poder ocasionadas pela diferenciação dos sexos, podemos ainda encontrar outras relações de dominação articuladas. Que se referem à classe social e raça. Ou seja, se uma mulher é considerada, de acordo com a sociedade, de raça ou classe inferior a violência sofrida por essa pode ser de forma ainda mais intensa.

Segundo SAFFIOTI (1987) os primeiros estudos sobre violência contra a mulher mostravam que o evento acontecia em todas as classes sociais. Porém, há evidências de sobreposição entre os sistemas de dominação e exploração constituídos pelas relações de gênero, etnia e classe social.

Essas relações acarretavam a mulheres pobres e negras uma exposição maior e mais pesada a esses determinados tipos de violência.

STREY, AZAMBUJA e IAEGER (2004: 72) asseveram que:

“As relações de gênero constituídas ou perpetuadas pela violência, impedem e/ ou diminuem a realização da cidadania feminina e violam os princípios fundamentais do estado brasileiro, como o princípio da cidadania e da dignidade da pessoa humana. Constitui ainda impedimento a realização do objetivo fundamental da Republica, qual seja, o de promover o bem de todos, sem preconceito de raça, ou, idade, e quaisquer outras formas de discriminação.”

BLAY (2002) afirma que a violência sexual, a agressão física e psicológica e os assassinatos cometidos por homens sobre as mulheres, ocorrem, em sua maioria devido a uma relação entre homens e mulheres que é atravessada por um sentimento de “propriedade” dos primeiros sobre os segundos. Essa relação de gênero é adquirida nas próprias relações familiares: o jovem aprende que ele tem o direito de propriedade sobre a mulher mesmo que sejam ambos adolescentes.

Essa cultura de dominação do homem sobre a mulher acaba por legitimar a violência por ele exercida.

A construção e manifestação de gênero é realizada nas múltiplas instancias sociais e em suas diferentes praticas. Dentre os espaços em que mais fica visível essas relações esta a escola, que ao longo de sua historia e na configuração atual, tem criado e recriado formas de produção de sujeitos “generificados” . LOURO (1995)

ROMERO (1994) afirma que a escola, como aparelho ideológico do estado, e responsável por uma educação que reforça os padrões comportamentais estereotipados, impostos culturalmente. Auxilia assim na produção de desigualdades que existem na sociedade entre homens e mulheres, conduzindo meninas e meninos para papeis impostos.

ALTMAN e SOUSA (1999) asseveram que dentro do âmbito escolar a aparência das diferenças biológicas entre os sexos ocultam relações de poder, marcadas pela dominação masculina, que mantiveram a separação e a hierarquização entre homens e mulheres, mesmo após a criação da escola mista, nas primeiras décadas deste século. Buscou-se manter a simbologia da mulher como um ser dotado de fragilidade e emoções, e do homem como força e razão, por meio das normas, dos objetos, do espaço físico e das técnicas do corpo e dos conteúdos de ensino.

A escola e considerada então, uma "instituição genereficada" ficando assim visível a construção dos estereótipos de gênero.

Sua estrutura e valores, regras e organização formal refletem concepções dominantes de masculinidade e feminilidade.

Ainda no âmbito escolar encontramos essas limitações e de uma forma mais acentuada, dentro das aulas de Educação Física.

Os fatores sócio-culturais que determinam expectativas diferentes para os sexos, partindo das diferenças biológicas acabam por discriminar nas aulas, atividades mais “adequadas” para as meninas e meninos.

Para BRACHT (1989) a educação física serve como base para o sistema desportivo, da escola sairão futuros atletas para seleções nacionais, assim esse treinamento nas aulas privilegia unilateralmente aspectos biológicos de performance física, como consequência, se orienta a divisão de turmas por sexo.

No país do futebol masculino, naturalmente essa divisão ocorre na grande maioria das aulas de Educação Física de todo país, com os meninos na quadra de futsal e as meninas no vôlei ou qualquer outra atividade “condizente” com a sua condição de mulher.

Essa imagem do esporte e principalmente de modalidades como o futebol, continua afastando as mulheres de sua prática. Se freqüentarmos quadras esportivas em algum parque num final de semana, provavelmente encontraremos um número significativamente maior de homens do que de mulheres jogando. Também nas escolas as quadras esportivas são normalmente ocupadas por meninos não só nas aulas de Educação Física, mas também durante o recreio e horários livres, o que, até certo ponto, demonstra que eles dominam esse universo.

6. CONCLUSÕES

Nessa pequena abordagem da realidade cotidiana, pode-se perceber que, o tratamento relativo à sexualidade e gênero ainda não ultrapassou a barreira do dualismo, e que ainda não assume posição de que a diferença é algo construído e que os sujeitos são formados socialmente dentro dessa diferença.

Esse processo ideológico que sustenta os estereótipos sexuais historicamente construídos acaba por ocasionar alguns problemas dentro da sociedade, como colocar o homem em situação privilegiada nas relações de poder estabelecidas entre os sexos, interferindo diretamente no comportamento de meninos e meninas, de “como ser” menino ou menina, homem ou mulher moldando assim os indivíduos dentro da sociedade e desrespeitando muitas vezes sua individualidade.

A compreensão mais ampla dos conceitos de gênero pode ser colocada da forma como SCOTT (1995) que afirma que os sujeitos se fazem meninos ou meninas dentro do processo cotidiano, dinâmico e que gênero é mais que uma identidade aprendida, e uma categoria imersa nas instituições sociais.

Ao propor tais questões com relação a gênero, não significa que existe um acordo com a idéia de homogeneidade, e sim ao contrario. Todos os homens e mulheres têm diferentes historias de vida, diferentes condições sócio- econômicas, experiências distintas, diferente acervo cultural e interesses . Portanto, há uma infinita diversidade no modo de ser menina ou menino, homem ou mulher que não deve ser reduzida às diferenças biológicas entre gêneros.

7 REFERÊNCIAS

AFONSO, Lucia. **Gênero e processo de socialização em creches comunitárias.** Tese Doutorado, UFMG, 1995.

ALTMANN, Helena e SOUSA, Eustaquia Salvadora. **Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física**, cadernos CEDES, vol. 19 n.48 Campinas, 1999

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo.** 1985. São Paulo: Brasiliense.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos.** São Paulo, contexto; 2006.

BLAY, Eva **Mulher e igualdade: cidadania e gênero/ as mudanças serão feitas por toda a sociedade.** (Núcleo de estudos da mulher e relações sociais de gênero, USP, 2002)

BRACHT, Valter. Educação Física: a busca da autonomia pedagógica. **Revista da Fundação de Esporte e Turismo.** Ano 1, n.3, 1986.

BRUHNS, Heloisa Turini. **Futebol, Carnaval e Capoeira: Entre as gingas do corpo brasileiro.** 2000. São Paulo: Papirus.

CASTELLANI, Lino Filho. **A Educação Física no Brasil: A historia que não se conta,** Campinas SP: Papirus, 1998.

COLLI, Eduardo. **Universo Olímpico: Uma enciclopédia das olimpíadas.** São Paulo, SP; Bottini, 2004.

COUTINHO, M.C. **Entre o velho e o novo: estratégias de participação no trabalho.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2000.

DA MATTA, Roberto. **Antropologia do obvio.** *Revista Dossiê Futebol.* USP, São Paulo, n22, 1994.

DARIDO, Suraya Cristina. **Futebol feminino no Brasil.** São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 2002.

DORNELLES, Priscila Gomes e FRAGA, Alex Branco **Aula mista versus aula separada? Uma questão de gênero recorrente na Educação Física escolar.** Revista Brasileira de docência, ensino e pesquisa na Educação Física, São Paulo, v 1, ano 1, 2009.

FARIAS, Claudia Maria. **Superando barreiras e preconceitos: A trajetória do atletismo feminino brasileiro 1948 - 1971**, Universidade Federal Fluminense, 2008.

FISHER, Izaura Rufino; MARQUES, Fernanda. **Gênero e exclusão social**, 2001.

GOELNNER, Silvana Villodre. **Mulher e esporte em perspectiva**, 1993.

HEILBORN, M. L. **De que gênero estamos falando? Sexualidade, gênero e sociedade.** Programa de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Gênero e Saúde. (CEPESQ/IMS/UERJ). Ano 1, n.3, dez. 1994.

LOURENCAO, Odete. **Revista da associação dos professores de Educação Física de São Paulo**, São Paulo, 1953.

LOURO, Guacira **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução..** Educação e Realidade, Porto Alegre, v 20, n 2 1995.

MARTINS, Leonardo Tavares e MORAES, Laura. **O futebol feminino e sua inserção na mídia: a diferença que faz uma medalha de prata.** Tese Doutorado,Unicamp, 2006.

MATOS, Amir. **Enciclopédia do futebol brasileiro e mundial.** Belo Horizonte; editora Leitura, 2002.

PINHEIROS, Claudia e QUEIROS, Célia. **A cobertura do desporto masculino e feminino: uma análise de dois jornais diários.** Instituto Superior da Maia, 2002.

ROMERO, Elaine. **A Educação Física a serviço da ideologia sexista.** R.B.C.E., 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo, moderna; 1987

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade.** 2ª ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes,

SAFFIOTI, Heleieth. **Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher – um estudo das operárias têxteis de confecções no Brasil e Estados Unidos.** São Paulo: Hucitec, 1981.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SCOTT, Joan. **O Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 2, 1995

SEABRA JR., Furtado. **O futebol feminino no país do futebol**. 2009. Tese de Doutorado (Atividade física, Adaptação e Saúde) – FEF; Unicamp.

SHPUN, Mônica Raisa. **Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20**. São Paulo: Bomtempo/Senac, 1999.